



Porto Alegre, 30/12/2021

Exmo. Sr.
Vinícius Pegoraro
DD. Prefeito Municipal
Canguçu -RS



Plano De Trabalho
Etapa 4
Programa De Desenvolvimento Econômico Local - PRODEL

Em Canguçu desde fevereiro de 2019 foi implementado o Programa de Desenvolvimento Econômico Local – PRODEL, onde está sendo estruturado o planejamento estratégico municipal para os próximos 20 anos de forma integrada com a comunidade, poder público e entidades locais.

Dentro da proposta do planejamento estão diferentes projetos e ações que potencializam a salvaguarda da singularidade do município. Sendo este proprietário do Título de Capital Nacional da Agricultura Familiar, onde mais de 60% da população vive no meio rural. Neste contexto, o eixo da sustentabilidade é primordial nos projetos desenvolvidos.

O Programa de Desenvolvimento Econômico de Canguçu tem possibilitado resultados na busca por melhorar o ambiente para novos investimentos, aumentar a produtividade e a competitividade dos negócios locais, dos empreendedores e dos trabalhadores.

O município integrou a Rede DEL Turismo nos anos de 2020 e 2021 recebendo apoio com treinamentos e consultorias adicionais, por meio dos parceiros no Brasil no âmbito da Cooperação Internacional. O município alcançou ainda destaque entre 100 destinos com iniciativas sustentáveis no mundo nos anos de 2020 e 2021 sendo sua inscrição apoiada pela rede, bem como, o processo de manutenção da plataforma assistido pelos consultores.

O programa prevê um modelo de organização social e de mobilização para as atividades, onde atuam no município em torno de 120 voluntários, entre integrantes das Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho, funcionários públicos e Conselho de Desenvolvimento Econômico Local.

O programa conta com as Câmaras Técnicas de Educação Empreendedora, Agricultura e Pecuária, Turismo e Desburocratização, além da Câmara Temática de Comunicação. Estes membros atuam no âmbito da proposição de projetos nos mais diferentes temas, pautados no planejamento e nas metas estabelecidas.

O modelo de organização da Política de Desenvolvimento prima pelo fortalecimento das parcerias estabelecidas serem realizado de forma participativa, com a integração dos diferentes atores locais, vinculados à gestão pública, forças produtivas e terceiro setor, com vistas no curto, médio prazo e longo prazo, a fim de apoiar, ainda, a definição das prioridades de investimentos, alinhados ao Planejamento Estratégico Municipal e a Política e

**FEDERASUL**

Filiada à CACBRS

INTEGRAÇÃO

PERTENCIMENTO

SIMPLICIDADE

PROPÓSITO

Desenvolvimento Econômico Local. Nesta fase acrescenta-se ainda o apoio para orientação à política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município por intermédio da revisão do plano diretor seguindo os princípios do PRODEL em especial no que tange o enfoque participativo em coletivos.

Histórico

Programa De Desenvolvimento Econômico Local - PRODEL

2

A Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul – FEDERASUL é uma Entidade de livre associação e sem fins lucrativos, integrante do maior sistema associativo do Brasil. O desenvolvimento econômico é uma temática que vem ganhando relevância, suscitando discussões, reflexões, novas práticas e posturas no processo de desenvolvimento em todo o mundo. O local surge impulsionando a globalização, que se nutre das especificidades locais, apontando para um novo papel a ser desempenhado pelos territórios a partir de suas potencialidades e identidades.

No Brasil, o desenvolvimento econômico como temática de estudo ganhou maior significado na segunda metade da década de 1980, com as reflexões sobre as primeiras experiências de descentralização de políticas públicas durante o debate em torno da formulação da Constituição Federal e das reflexões sobre o poder local. Somente na década de 90, exercidas por diversos organismos nacionais e internacionais, o desenvolvimento local é visto sob a perspectiva de um novo enfoque de construção do desenvolvimento ou como base de uma nova visão de desenvolvimento.

Apoiado neste contexto, um elemento central no trabalho a ser desenvolvido é o emprego de métodos participativos.

O Programa de Desenvolvimento Econômico Local- PRODEL, visa criar um clima propício para o crescimento da economia local e atrair novos investidores, interagindo com o setor produtivo local, diversificando a economia e possibilitando a sustentabilidade do município e em segunda instância a região.

Objetivo Geral

Monitoramento e avaliação da política de desenvolvimento socioeconômico do município de Canguçu RS e implementação do Plano de Desenvolvimento Econômico.

Objetivos Específicos

- ❖ Acompanhar as ações do Planejamento Estratégico Municipal, por intermédio do Programa de Desenvolvimento Econômico Local – PRODEL;
- ❖ Acompanhar o desenvolvimento das ações propostas na promoção do Desenvolvimento Econômico Local e do Planejamento Estratégico Municipal, mediante apoio do Programa de Desenvolvimento Econômico Local – PRODEL;



- ❖ Realizar o monitoramento das ações e projetos propostos pelas Câmaras Técnicas e Conselho de Desenvolvimento Socioeconômico Local – dentro do Programa de Desenvolvimento Econômico Local – PRODEL;
- ❖ Criar instrumentos de avaliação das ações e projetos propostos para o Desenvolvimento Econômico Local do Planejamento Estratégico Municipal- dentro do Programa de Desenvolvimento Econômico Local – PRODEL;
- ❖ Acompanhar as ações do Conselho de Desenvolvimento Socioeconômico e do Conselho do Plano Diretor;
- ❖ Acompanhar as ações e projetos das Câmaras Técnicas e Conselho de Desenvolvimento Socioeconômico Local – dentro do Programa de Desenvolvimento Econômico Local – PRODEL, Grupos de Trabalho, bem como do Conselho do Plano Diretor;
- ❖ Auxiliar no desenvolvimento de eventos que estejam vinculados a promoção do Desenvolvimento Econômico Local e do Planejamento Estratégico Municipal;
- ❖ Apoiar a revisão das legislações municipais com foco na atração e incentivo de investimentos e instrumentos legais do Plano Diretor Participativo;
- ❖ Acompanhar a participação do município no Concurso Green Destinations 2022;
- ❖ Apoio técnico para estruturação e orientação das equipes locais de trabalho para revisão do Plano Diretor Participativo;
- ❖ Apoio técnico e acompanhamento do levantamento de dados para revisão do Plano Diretor Participativo;
- ❖ Apoio técnico na realização de diagnóstico (leitura técnica e comunitária) para revisão do Plano Diretor Participativo;
- ❖ Apoio técnico para a realização das audiências públicas bem como definição da metodologia para revisão do Plano Diretor Participativo;
- ❖ Apoio técnico para condução dos grupos de trabalho responsáveis pela elaboração e revisão das propostas e diretrizes do Plano Diretor Participativo.

Metodologia

O acompanhamento para manutenção do Programa de Desenvolvimento Econômico Local – PRODEL e o apoio técnico para revisão do plano diretor do município de Canguçu-RS, por meio da moderação, mediação e do enfoque participativo, se dará por intermédio da manutenção e sequenciamento do Programa PRODEL – Desenvolvimento Econômico Local, instituído no município mediante o Conselho de Desenvolvimento Socioeconômico Local.

O modelo de atuação deve primar pela continuidade da integração dos parceiros dos setores público, privado e terceiro setor, com vistas à continuidade de ações e organizações coletivas, com enfoque participativo.

O Programa de Desenvolvimento Econômico Local, consiste na participação dos diferentes atores na definição e implantação de estratégias, ações e projetos de curto, médio e longo prazo para alavancar a economia do município, com vistas ao desenvolvimento e consolidação do Planejamento Estratégico Municipal para o Desenvolvimento Econômico.



Implantação

O monitoramento e a avaliação da política de desenvolvimento Socioeconômico de Canguçu se dará por meio do Programa PRODEL – Desenvolvimento Econômico Local, instituído no município por meio do Conselho de Desenvolvimento Sócio Econômico Local, com vistas à organização e promoção do Planejamento Estratégico Municipal, tem como objetivo acompanhar o desenvolvimento das ações propostas para a promoção do Desenvolvimento Econômico, bem como realizar o suporte para revisão do plano diretor do Município de Canguçu RS, mediante moderação, mediação e enfoque participativo, devendo o modelo de atuação primar pela continuidade da integração dos parceiros dos setores público, privado e terceiro setor, com vistas à continuação de ações e organizações coletivas, com foco participativo.

Considerando que a implementação das fases do projeto, estão vinculadas ao envolvimento de vários setores da comunidade poderá haver, conforme a necessidade para realização dos trabalhos, primando e garantindo pela máxima participação dos atores locais e a integração dos setores com ênfase nas representações e organizações do setor público, forças produtivas e sociedade civil organizada.

As ações propostas neste plano de trabalho serão realizadas ao longo dos meses de janeiro de 2022 a junho de 2023.

O Enfoque Participativo enfatiza o desenvolvimento de processos de transformação e de mudança, principalmente no aspecto comportamental dos indivíduos, procurando torná-los mais organizados enquanto equipes assim como mais responsáveis e mais capacitados para desenvolver este trabalho integrado.

O Enfoque Participativo procura reunir técnicas e instrumentos que facilitem o processo de debate e de intercâmbio de experiências, melhorando a dinâmica da oficina e audiências, contribuindo para aumentar a capacitação, a organização e a responsabilização dos envolvidos. Porém, o seu desenvolvimento para ter êxito, antes das técnicas de comunicação e de planejamento utilizadas, depende fundamentalmente, da postura daqueles que trabalham com ele.

O **Moderador** é um elemento neutro, de equilíbrio; o catalisador para as diversas ideias que apareceram do processo grupal. Ele não interfere no conteúdo das discussões, tendo somente a responsabilidade de facilitar o processo metodológico. Este papel será desempenhado pelos consultores externos da FEDERASUL e/ou pela(o) agente de articulação.

O **Especialista** tem a tarefa de assessorar o grupo durante os debates, assim como, o de transferir conhecimento através de técnicas e instrumentos apropriados para cada etapa. Deste modo, o grupo pode incorporar novos conhecimentos e enriquecer os debates e análises levantados durante as reuniões, oficinas e audiências. Este papel será desempenhado pelos consultores externos da FEDERASUL e/ou pela(o) agente de articulação.

A **Visualização** é o principal instrumento de comunicação utilizado, que consiste no registro visual contínuo de todo o processo, mantendo as informações sempre acessíveis para



todos. Deste modo, as ideias não se perdem, sendo mais objetivas e mais transparentes para todo o grupo.

A **Problematização** é o mecanismo adotado para evitar a dominação e ativar o intercâmbio de ideias entre os participantes. Assim, por este método, trata-se de mobilizar as ideias e o conhecimento dos envolvidos no processo.

O **Trabalho em Grupo** é adotado para aumentar a eficácia da comunicação e garantir um momento intensivo de criação, gerando ideias que foram o ponto de partida para a discussão em plenária. São nos pequenos grupos que se criam ideias de forma intensiva.

As **Sessões Plenárias** são utilizadas para o aperfeiçoamento e lapidação das ideias geradas nos grupos. Estes são os momentos de socialização dos resultados, das tomadas de decisão e de se estabelecer a responsabilidade e cumplicidade pelo resultado alcançado.

O **Debate Ativo** é provocado continuamente, sendo à base de um processo grupal participativo, onde todos devem ter os mesmos direitos e tratamentos, independente de posição ou cargo que exerçam. É na troca de ideias e de experiências que está a riqueza deste processo.

A **Condução Compartilhada** acompanhando e avaliando o programa passo a passo, é um mecanismo que permite aos participantes determinarem o processo a ser desenvolvido e ao mesmo tempo torná-los cúmplices do resultado auferido.

A **Avaliação Permanente** procura uma melhor orientação das reuniões, oficinas e audiências, transferindo responsabilidade ao grupo. Cabe ao grupo a realização de uma avaliação diária e final e com isso, obtendo uma maior satisfação por poder influenciar diariamente o resultado e os procedimentos.

O Enfoque Participativo é constituído pela Visualização Móvel ou Metaplan que apresenta como função básica a democratização do uso da palavra, possibilitando a geração de uma memória coletiva e sistemática e, promovendo a sistematização/ordenação de ideias e informações.

O Metaplan, como é hoje conhecida à técnica, nasceu a partir de uma empresa de consultoria franco-alemã, em 1972 e foi adotado pelo método ZOPP, como apoio ao processo participativo de discussão no decorrer do processo.

A Técnica é destinada a:

- Processo de moderação de reuniões de grupos de trabalho utilizando o método participativo;
- Moderação de oficinas de planejamento, monitoria e avaliação.

Pode ser usado em qualquer circunstância e com qualquer tipo de grupo social, independente de classe, nível de conhecimento, grau de instrução e idade.

O Metaplan se apoia em três componentes fundamentais:

- A visualização constante de todo o trabalho produzido,
- O trabalho em grupo, e
- O trabalho de moderação.

A visualização caracteriza assim, um processo a partir do qual a informação é transmitida e transformada visualmente, a partir da coleta e reunião de dados reais. Já o termo Móvel demonstra a flexibilidade inerente ao instrumento, possibilitando a alteração contínua e sistemática das análises e resultados (conforme a dinâmica própria de cada sistema e a



necessidade de ajustes, a partir da aprendizagem obtida através da ação pelos empreendedores-participantes).

Além desses aspectos, a Visualização Móvel permite um entendimento imediato dos procedimentos e análises, e a comunicação ininterrupta de cada informação, colaborando para a assimilação de todo o processo e nivelamento das realidades pelos agentes envolvidos e, por conseguinte na manutenção do componente “Participação”.

A Visualização Móvel configura o eixo principal para o entendimento dos relacionamentos, fluxos e estruturas que serão apresentadas pelos integrantes do grupo, complementando e fortalecendo a efetividade dos demais pilares. Em função disso, será despendido um maior espaço ao elemento “Visualização”.

Para a estruturação do modelo do Plano Diretor participativo com a revisão do Plano Diretor de Canguçu RS, **além das atribuições previstas no convênio caberá à Prefeitura:**

- a) Disponibilizar equipe técnica interna quando necessário;
- b) Disponibilizar as instalações físicas do **Executivo** e ou contratar quando necessário, além de recursos audiovisuais para eventos e reuniões de atividades vinculadas com este termo de cooperação técnica, quando necessário;
- c) Permitir acesso aos bancos de dados a partir do alinhamento de responsabilidades entre as partes envolvidas;
- d) Disponibilizar técnico interno (arquiteto) em tempo integral para operacionalização das atividades referentes à revisão do Plano Diretor durante todo o período proposto no plano de trabalho correspondentes ao Plano Diretor;
- e) Realizar, através da articulação dos parceiros locais e da equipe técnica interna, a busca, compilar, analisar e apresentar as informações e dados coletados para consolidação dos eixos de desenvolvimento e do plano diretor;
- f) Disponibilizar técnico interno (advogado) para revisão final do texto do Plano Diretor e envio do Projeto de Lei de revisão do Plano Diretor para a Câmara de Vereadores e demais órgãos correspondentes;
- g) Contratar equipe técnica externa para confecção dos mapas, e/ou, software e capacitação para elaboração dos mesmos, sendo este movimento startado com a composição do Termo de Referência para contratação destes serviços;
- h) Contratação de 2 estagiários, preferencialmente da área de arquitetura e urbanismo e/ou do curso de geoprocessamento cartografia ou similar, para apoiar no desenvolvimento e organização das ferramentas necessárias para revisão do Plano Diretor;
- i) Apoiar a confecção e/ou desenvolver os materiais técnicos necessários para operacionalização das atividades de revisão do Plano Diretor;
- j) Convocar sob forma de decreto as audiências públicas do Plano Diretor Participativo de Canguçu;
- k) Realizar impressão de materiais técnicos e de comunicação quando deliberados no comitê gestor;
- l) Salvar os documentos técnicos da revisão do Plano Diretor;
- m) Realizar a compilação dos dados da pesquisa/diagnóstico, bem como das audiências públicas.



FEDERASUL

Filiada à CACBRS

INTEGRAÇÃO

PERTENCIMENTO

SIMPLICIDADE

PROPÓSITO

- n) Garantir os atos legais necessários para validação da revisão do Plano Diretor;
- o) Realizar a busca e analisar as informações coletadas para consolidação dos eixos do desenvolvimento econômico local e para revisão do Plano Diretor, quando necessários a partir dos desdobramentos dos trabalhos técnicos;
- p) Criar condições de capacitação da equipe técnica interna no que tange aos temas ligados ao plano diretor, quando couber.

7

Além das atribuições previstas no convênio caberá à FEDERASUL:

- a) Auxiliar na manutenção do Conselho do Plano Diretor do município de Canguçu;
- b) Apoiar a execução das atividades propostas pelo do Conselho do plano diretor do município e Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT;
- c) Definir o escopo do trabalho e metodologia com orientações à equipe técnica da prefeitura, das reuniões de trabalho e das audiências públicas, bem como das etapas previstas para o plano diretor com vistas a gestão participativa;
- d) Contratar técnicos quando achar necessário;
- e) Contribuir com a busca e a análise das informações coletadas nas etapas da leitura técnica e comunitária bem como das construções das diretrizes;
- f) Apresentar e validar os resultados junto aos principais atores locais;
- g) Identificar linhas de intervenção;
- h) Desenvolver as ações propostas no plano de trabalho;
- i) Disponibilizar as instalações físicas da FEDERASUL em sua sede e os recursos audiovisuais para eventos e reuniões de atividades vinculadas com este termo de cooperação técnica, quando necessário, com agendamento prévio;
- j) Incluir a logomarca dos parceiros do PRODEL Canguçu - RS e do Plano Diretor, nos meios de divulgação e nos locais de execução de atividades conjuntas.

Além das atribuições previstas no convênio caberá à ACICAN:

- a) Disponibilizar as instalações físicas e os recursos audiovisuais para eventos e reuniões de atividades vinculadas com este termo de cooperação técnica, quando necessário;
- b) Incluir a logomarca do PRODEL Canguçu - RS e do Plano Diretor nos meios de divulgação e nos locais de execução de atividades conjuntas;
- c) Envidar esforços para implementar as principais linhas de intervenção, tais como a revisão de leis e apoio para montagem de estrutura técnica necessária;
- d) Disponibilizar equipe técnica interna quando necessário e contratar um(a) agente de articulação;
- e) Coordenar localmente as atividades referentes acompanhamento, monitoramento e avaliação da política de desenvolvimento Socioeconômico do município de Canguçu, implementação do Plano de Desenvolvimento Econômico e Plano Diretor do Município;
- f) Realizar ações de sensibilização da comunidade para participação nas audiências públicas bem como reuniões técnicas e demais grupos de interesse vinculados ao Plano Diretor do Município;



- g) Realizar ações de sensibilização de integrantes da comunidade empresarial local para atuação nos projetos vinculados ao Programa de Desenvolvimento Econômico Local, de modo especial por meio das entidades locais, legalmente constituídas;

Fases

1. Manutenção e acompanhamento do Conselho de Desenvolvimento Socioeconômico e Câmaras Técnicas do PRODEL:

O objetivo é a sensibilização permanente e preparação continuada das lideranças locais para manutenção do Conselho Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho para garantir a implementação das ações e projetos propostos no plano de desenvolvimento econômico, como foco no modelo de moderação e enfoque participativo, com suporte para a(o) Agente de Articulação.

2. Monitoramento dos projetos e ações do PRODEL:

O objetivo é monitorar e acompanhar os projetos que serão desenvolvidos e implementados pelos diferentes atores e parceiros locais, desenvolvendo um quadro de metas e indicadores com vistas aos objetivos e demandas traçadas no Planejamento Estratégico e na Política de Desenvolvimento Socioeconômico de Canguçu RS, com foco no Desenvolvimento Econômico Local, e suporte para a(o) agente de Articulação.

3. Avaliação dos projetos e ações do PRODEL:

A proposta é promover a avaliação e análise dos resultados dos projetos e ações desenvolvidas e seus impactos nos indicadores vinculados ao Planejamento Estratégico na Política de Desenvolvimento Socioeconômico de Canguçu RS, para a promoção do Desenvolvimento Econômico Local, com suporte para a(o) agente de articulação.

4. Manutenção e acompanhamento do Conselho do Plano Diretor:

O objetivo é o apoio a sensibilização permanente e preparação continuada das lideranças locais para manutenção do Conselho Municipal do Plano Diretor e do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT, para garantir a execução das ações propostas no plano de trabalho para revisão do Plano Diretor de Canguçu RS, como foco no modelo de moderação e enfoque participativo em coletivos. Cabe a administração municipal, dar legalidade e reconhecimento a estruturação das equipes locais que irão atuar com a revisão do Plano Diretor, sendo: A constituição de um Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT. Cabe ainda a gestão pública no início deste ciclo, a aprovação da Lei de Criação do Conselho do Plano Diretor, bem como a posse e suporte para início dos trabalhos do Conselho



Municipal do Plano Diretor conforme legislação. Além, do início dos trabalhos dos dois estagiários, cabe a contratação, por parte da prefeitura, de equipe técnica externa para confecção dos mapas, e/ou, software e capacitação para elaboração dos mesmos, sendo este movimento startado com a composição do Termo de Referência para contratação destes serviços. Cabe ainda, a administração a liberação em tempo integral de um arquiteto para atuar no Plano Diretor.

5. Levantamento de dados para revisão do Plano Diretor:

Consiste em apoiar a organização e planejamento geral dos trabalhos pertinentes às etapas da elaboração da revisão do plano diretor participativo, orientando a estruturação das equipes multidisciplinares que comporão os grupos de trabalho junto ao Conselho do Plano Diretor e do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial, assim como, a mediação e facilitação do intercâmbio de informações entre as equipes, estruturando cronograma para reuniões e oficinas com o objetivo de diagnóstico da situação atual do Município necessários para revisão do Plano Diretor.

Os dados levantados formarão um documento, que além de subsidiar a revisão do Plano Diretor, serve também como fonte de consulta e referência para a Administração Municipal e para a iniciativa privada. Mais do que reunir dados globais e médias locais do Município, este levantamento de dados serve para revelar a diversidade e as desigualdades entre a zona urbana e rural.

Também, para realizar a análise de problemas e tendências de desenvolvimento local. Nesta fase, indica-se a realização de uma pesquisa, com aplicação física e on-line com a coleta das percepções da comunidade, que será aplicada de forma integrada pelas entidades que compõem o Conselho do Plano Diretor. Esta ação de levantamento dos dados por meio do diagnóstico, deve ser realizada de forma conjunta pela equipe técnica da Prefeitura, equipe da FEDERASUL, Agente de Articulação, Conselho de Desenvolvimento Socioeconômico, Conselho do Plano Diretor e Núcleo de Arquitetura e Engenharia da ACICAN, podendo envolver ainda outros atores que Núcleo Gestor de Planejamento Territorial entender necessário.

A compilação desses dados deverá ficar de responsabilidade da equipe técnica da Prefeitura, com orientação da equipe de moderação da FEDERASUL. Tais informações servirão de referência para realização de atividades técnicas e composição do material da primeira rodada de audiências, bem como suporte para estruturação das diretrizes.

Nesta fase, já deve ter contratado a confecção dos mapas de atividades necessárias para análise do território e inter-relação dos dados para a composição das demais etapas de revisão do Plano Diretor.

A elaboração de mapas é um importante recurso para facilitar a visualização das informações reunidas e localizá-las no território.



6. Diagnóstico (leitura técnica e comunitária) para revisão do Plano Diretor:

Prima por apoiar a mediação e moderação das oficinas técnicas, audiências públicas e grupos de trabalho, Núcleo Gestor de Planejamento Territorial e Conselho do Plano Diretor, para realização de levantamentos de dados e confecção de materiais necessários para a revisão do Plano Diretor Participativo.

Apoiar e orientar a organização de pauta e metodologia para audiências públicas que fazem parte da elaboração do plano diretor participativo garantindo o enfoque participativo.

Apoiar a canalização das informações coletadas para elaboração de um diagnóstico; acompanhamento das etapas de elaboração técnica dos documentos correspondentes às demandas de cada etapa, bem como, orientações e construção conjunta de estratégias de mobilização para realização e presença da comunidade nas audiências públicas.

A equipe técnica da prefeitura deverá produzir os materiais necessários para as audiências, bem como, acompanhar a realização de todas as atividades pertinentes às discussões do Plano Diretor quando em conformidade com cronograma proposto pelo Núcleo Gestor e Conselho do Plano Diretor, assim como, realizar a convocação das audiências e garantir a organização da infraestrutura necessária para operacionalização das mesmas, assim como mobilização do quadro de secretários e demais técnicos necessários para a realização destas.

A equipe da Federação irá acompanhar a realização das atividades técnicas que demandem de moderação com enfoque participativo; realizará, ainda, reuniões de avaliação e monitoramento para composição das etapas de trabalho com o Núcleo Gestor e Conselho do Plano Diretor, assim como deverá fazer a moderação de todas as audiências, conforme cronograma a ser estabelecido entre os pares.

A fase de análise e sistematização dos dados levantados para subsidiar e a eleição das prioridades e estratégias para o Município, a partir do seu perfil e vocação. O diagnóstico compreende a atuação em duas fases distintas, sendo:

1. Leitura técnica - obtida a partir da análise dos dados levantados nas reuniões com grupos de interesse que forem identificados pelo Núcleo Gestor e pelo Conselho do Plano Diretor de acordo com calendário a ser estruturado de forma integrada; levantamento de dados primários e secundários junto às secretarias e entidades municipais, na pesquisa que será aplicada com uso de questionários semiestruturado de forma on-line e de forma física (em locais a serem identificados para sua aplicação, de acordo com os perfis necessários para o levantamento) e ainda em visitas a campo que poderão ser realizadas pelas equipes responsáveis de acordo com a necessidade.

2. Leitura comunitária - obtida por meio de reuniões com o poder público municipal, reuniões e oficinas com os diversos setores organizados da sociedade, representados no Núcleo Gestor; Realização da primeira rodada de audiências públicas sendo este número limitado ao máximo de 07(sete) considerando a dinâmica do território para debater os resultados do diagnóstico com a população.



7. Apoio técnico para elaboração e revisão das propostas e diretrizes para revisão do Plano Diretor:

Consiste no apoio técnico com moderação e enfoque participativo para elaboração do documento final junto aos grupos de trabalho e da comunidade para avaliação. Acompanhamento das etapas de elaboração técnica efetiva do documento final do projeto de lei, bem como, orientações e construção conjunta de estratégias de mobilização para realização e presença da comunidade para a segunda rodada de audiências públicas relacionadas a esta etapa.

Ressalta-se que nesta etapa são utilizadas as prioridades e estratégias definidas no Diagnóstico como base para a elaboração das políticas públicas setoriais para as diversas áreas da administração municipal (meio ambiente, infraestrutura, sistema viário, educação, saúde, uso do solo, entre outras). Para o uso do solo, a elaboração dos mapas de Macrozoneamento e de Zoneamento são as principais propostas, resultando em mapas síntese de uso do solo com áreas afins, tais como: áreas de preservação, áreas de expansão urbana, áreas de produção primária, área de interesse turístico, e outras do mesmo gênero.

Ainda, com relação ao uso do solo também devem ser elaborados: Tabela de índices urbanísticos, com definição de testada e área mínima dos lotes; Afastamentos e recuos mínimos; Taxa de ocupação máxima; Coeficiente de aproveitamento máximo; Gabarito máximo de altura e usos proibidos para cada zona; Mapa com proposta dos novos perímetros urbanos; Mapa de áreas de especial Interesse; Definição dos instrumentos de política urbana do Estatuto da Cidade a serem adotados e os locais de possível utilização destes.

Podem ser trabalhados, ainda, de acordo com a capacidade técnica e as demandas de diretrizes das comunidades, com a revisão do Código de Posturas e Código de Obras, bem como da Lei de Parcelamento do Solo. Este último instrumento de gestão do planejamento urbano, deve ser construído em conjunto com os parceiros locais de acordo com a capacidade de atuação dos mesmos, sendo eles a Equipe Técnica da Prefeitura, o Comitê Gestor, o Conselho do Plano diretor, Núcleo de Arquitetura e Engenharia da ACICAN e OAB Subseção Canguçu.

A realização desta segunda rodada de audiências públicas deve acontecer em igual número das realizadas na fase anterior, considerando a dinâmica do território para aprovação das diretrizes e demais instrumentos que demandam debate com a comunidade. A equipe técnica da prefeitura deverá produzir os materiais necessários para as audiências, bem como, acompanhar a realização de todas as atividades pertinentes às discussões do Plano Diretor quando em conformidade com cronograma proposto pelo Núcleo Gestor e Conselho do Plano Diretor, bem como realizar a convocação das audiências e garantir a organização da infraestrutura necessária para operacionalização das mesmas, igualmente na mobilização do quadro de secretários e demais técnicos necessários para a realização destas.

A equipe da Federação, irá acompanhar a realização das atividades técnicas que demandem de moderação com enfoque participativo; realizará, ainda, reuniões de avaliação e monitoramento para composição das etapas de trabalho com o Núcleo Gestor e Conselho do Plano Diretor, tanto quanto deverá fazer a moderação de todas as audiências conforme



cronograma a ser estabelecido entre os pares.

8. Apoio para revisão e elaboração do Projeto de Lei de revisão do Plano Diretor:

Consiste na orientação e acompanhamento das equipes locais na adaptação do documento final do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor Participativo e encaminhamento para o Prefeito Municipal, a fim de enviar ao Legislativo Municipal; apoiar com esclarecimentos e moderação das discussões com os vereadores quanto ao documento final do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor Participativo.

Neste momento do processo, deve ser finalizada a minuta do projeto de lei de revisão Plano Diretor. A mesma deve ser elaborada e em seguida adaptada e discutida no Município, com base nas propostas e diretrizes aprovadas pela comunidade durante a segunda rodada de Audiências Públicas. Este texto final deve ser revisado nos termos legais pela equipe jurídica da prefeitura. Sendo que após a sua aprovação deve se dar sequência aos procedimentos lícitos necessários para validação do processo.

O projeto de lei que institui o novo texto do Plano Diretor, depois de discutido e finalizado junto ao Núcleo Gestor e ao Conselho do Plano Diretor é entregue ao Prefeito, ficando ao poder executivo a responsabilidade de encaminhá-lo ao Legislativo Municipal para aprovação; A tramitação do projeto de lei na Câmara de Vereadores é acompanhada pelo conselho do Plano Diretor, cabendo apoio da equipe de moderação em até duas atividades diretas com os Edis - podendo estas serem realizadas de forma on-line em havendo conflito de datas com as atividades previstas.

A aprovação do mesmo deve ser construída de forma alinhada entre os pares com a Câmara de Vereadores, liderada pelo Conselho do Plano Diretor e pelo Poder Executivo.

Produtos a Serem Entregues

Os produtos a serem entregues pelo contratado são:

- Relatório Mensal das atividades executadas;
- Calendário mensal das atividades previstas;
- Organograma com funções das equipes técnicas;
- 1 capacitação para Conselheiros do Plano Diretor;
- 1 oficina técnica sobre moderação e enfoque participativo a ser realizada com as equipes técnicas do Plano Diretor;
- Relatório com diagnóstico da leitura técnica e comunitária;
- Relatório com propostas das diretrizes;
- Relatório com a compilação dos resultados das audiências públicas, sendo essas divididas em duas etapas, cada uma com a previsão de 7 (sete) atividades;
- Proposta de texto final do Plano Diretor e demais instrumentos que foram confeccionados ao longo do trabalho.



Cronograma De Execução

ETAPA/ MÊS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
1. Manutenção e acompanhamento do Conselho de Desenvolvimento Socioeconômico e Câmaras Técnicas do PRODEL	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
2. Monitoramento dos projetos e ações do PRODEL	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
3. Avaliação dos projetos e ações do PRODEL	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
4. Manutenção e acompanhamento do Conselho do Plano Diretor	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
5. Levantamento de dados para revisão do Plano Diretor	x	x	x															
6. Diagnóstico (leitura técnica e comunitária) para revisão do Plano Diretor		x	x	x	x	x												
7. Apoio técnico para elaboração e revisão das propostas e diretrizes para revisão do Plano Diretor							x	x	x	x	x	x	x	x				
8. Apoio para revisão e elaboração do Projeto de Lei de revisão do Plano Diretor															x	x	x	x

**Cronograma De Desembolso I**

Pela Cooperação Técnica, conforme previsto no convênio, a Prefeitura de Canguçu repassará para a FEDERASUL a contribuição institucional até o décimo dia do mês subsequente a prestação do serviço, considerando a apresentação de relatório de atividades desempenhadas.

14

Mês/Ano	Origem dos Recursos	Origem dos Recursos	Total
	Poder Público	Parceiros do Programa	
Fevereiro - 2022	R\$ 13.000,00	0	R\$ 13.000,00
Março - 2022	R\$ 13.000,00	0	R\$ 13.000,00
Abril - 2022	R\$ 13.000,00	0	R\$ 13.000,00
Maió - 2022	R\$ 13.000,00	0	R\$ 13.000,00
Junho - 2022	R\$ 13.000,00	0	R\$ 13.000,00
Julho - 2022	R\$ 13.000,00	0	R\$ 13.000,00
Agosto - 2022	R\$ 13.000,00	0	R\$ 13.000,00
Setembro - 2022	R\$ 13.000,00	0	R\$ 13.000,00
Outubro - 2022	R\$ 13.000,00	0	R\$ 13.000,00
Novembro - 2022	R\$ 13.000,00	0	R\$ 13.000,00
Dezembro - 2022	R\$ 13.000,00	0	R\$ 13.000,00
Janeiro - 2023	R\$ 13.000,00	0	R\$ 13.000,00
Fevereiro - 2023	R\$ 13.000,00	0	R\$ 13.000,00
Março - 2023	R\$ 13.000,00	0	R\$ 13.000,00
Abril - 2023	R\$ 13.000,00	0	R\$ 13.000,00
Maió- 2023	R\$ 13.000,00	0	R\$ 13.000,00
Junho - 2023	R\$ 13.000,00	0	R\$ 13.000,00
Julho - 2023	R\$ 13.000,00	0	R\$ 13.000,00
Total	R\$ 234.000,00	R\$ 0,00	R\$ 234.000,00

**Cronograma De Desembolso II**

Pela Cooperação Técnica, conforme previsto no convênio, a FEDERASUL repassará à ACICAN os valores correspondentes a contratação da Agente de Articulação e ainda referente ao Repasse Institucional, conforme Termo de Cooperação Institucional (PRODEL Canguçu Aditivo 2022), os demais valores são para administração do convênio por parte da Federasul e para contratação de equipe de consultoria.

15

Mês/Ano	Destino do Recurso	Destino do Recurso	Destino do Recurso	Total
	FEDERASUL	ACICAN	Consultoria Externa	
Fevereiro - 2022	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 13.000,00
Março - 2022	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 13.000,00
Abril - 2022	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 13.000,00
Mai - 2022	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 13.000,00
Junho - 2022	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 13.000,00
Julho - 2022	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 13.000,00
Agosto - 2022	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 13.000,00
Setembro - 2022	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 13.000,00
Outubro - 2022	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 13.000,00
Novembro - 2022	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 13.000,00
Dezembro - 2022	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 13.000,00
Janeiro - 2023	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 13.000,00
Fevereiro - 2023	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 13.000,00
Março - 2023	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 13.000,00
Abril - 2023	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 13.000,00
Mai - 2023	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 13.000,00
Junho - 2023	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 13.000,00
Julho - 2023	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 13.000,00
Total	R\$ 18.000,00	R\$ 72.000,00	R\$ 144.000,00	R\$ 234.000,00

Anderson Trautman Cardoso
Presidente

Paulo Ricardo Fritzen
VP Administrativo e Financeiro